

BALANÇO PATRIMONIAL

ENCERRADO EM 31.12.2007

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais)

ATIVO

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>CIRCULANTE</u>	<u>48.621</u>	<u>48.621</u>
Disponibilidades	961	986
Títulos e Valores Mobiliários	1.320	264
Contas a Receber de Clientes	21.045	21.076
Estoques	20.973	16.701
Impostos a Recuperar	2.960	5.774
Adiantamentos Operacionais	2.268	2.977
Outras Contas	3	11
Despesas Pagas Antecipadamente	910	832
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>100.028</u>	<u>100.630</u>
<i>Realizável a longo prazo</i>		
Impostos a Recuperar	12.734	13.775
Créd Trib.Pend. Exec Judicial	48.622	44.129
Tributos s/Ativos Fiscais Diferidos	12.144	13.540
<i>Permanente</i>		
Investimentos	55	55
Imobilizado	25.959	28.875
Intangível	514	256
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>150.468</u>	<u>149.251</u>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis"

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais)

PASSIVO E (PASSIVO A DESCOBERTO) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>110.007</u>	<u>96.317</u>
Instituições Financeiras	27.952	26.970
Empréstimos e Financiamentos	23.090	18.186
ACC/Pré-pgto.	4.862	8.784
Debêntures Conversíveis	948	820
Fornecedores	22.977	21.190
Obrigações Sociais e Tributárias	47.318	37.783
Refis Estadual	982	982
Refis Federal	8.680	7.180
Outras Contas	1.150	1.392
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>72.402</u>	<u>68.692</u>
<i>Exigível a Longo Prazo</i>		
Instituições Financeiras	6.983	1.220
Empréstimos e Financiamentos	4.392	1.220
ACC/Pré-pgto	2.591	-
Debêntures Conversíveis	1.989	1.955
Fornecedores	34.534	33.388
Obrigações Sociais e Tributárias	4.578	4.793
Provisões e Contingências	2.966	4.307
(-) Depósitos Judiciais	(2.966)	(2.741)
Refis Estadual	1.642	2.011
Refis Federal	22.062	23.090
Tributos s/ Reavaliação	614	669
<u>PASSIVO A DESCOBERTO</u>	<u>(31.941)</u>	<u>(15.758)</u>
Capital Social	32.805	32.805
Reserva de Reavaliação	3.376	3.548
Prejuízos Acumulados	(68.122)	(52.111)
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>	<u>150.468</u>	<u>149.251</u>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(em milhares de Reais)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	160.218	164.626
Venda de Produtos no País	121.171	112.862
Venda de Produtos no Exterior	39.047	51.764
Deduções das Vendas	(26.963)	(25.180)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	133.255	139.446
Custo dos Produtos Vendidos	(104.654)	(113.564)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	28.601	25.882
<u>Despesas/Receitas Operacionais</u>	<u>(42.849)</u>	<u>(47.666)</u>
Remuneração dos Administradores	(560)	(495)
Despesas Comerciais	(20.028)	(22.442)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.666)	(4.444)
Despesas Financeiras	(22.002)	(26.125)
Receitas Financeiras	3.822	5.564
Outras Receitas Operacionais	585	276
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	(14.248)	(21.784)
Resultado não Operacional	(595)	174
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(14.843)	(21.610)
Prejuízo por ação	(3,08586)	(4,49272)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis".

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais)

	Capital Social	Capital Social a Subscrever	Corr.Monet. do Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2006	32.651	128	26	3.721	(30.728)	5.798
Realização Reserva Reavaliação	-	-	-	(227)	227	-
Reversão Tributos s/Reserva Reavaliação	-	-	-	54	-	54
Transferência para Capital Social	154	(128)	(26)	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(21.610)	(21.610)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	32.805	-	-	3.548	(52.111)	(15.758)
Realização reserva Reavaliação	-	-	-	(227)	227	-
Reversão Tributos s/Reserva Reavaliação	-	-	-	55	-	55
Reversão Trib. Diferidos não Realizados	-	-	-	-	(1.395)	(1.395)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(14.843)	(14.843)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	32.805	-	-	3.376	(68.122)	(31.941)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis".

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de Reais)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>ORIGENS DE RECURSOS</u>	<u>3.710</u>	<u>791</u>
De Terceiros:		
Aumento do Passivo não Circulante	3.710	791
<u>APLICAÇÕES DE RECURSOS</u>	<u>15.581</u>	<u>25.682</u>
Das Operações:		
Resultado do Exercício	14.843	21.610
Itens que não afetam o Capital Circulante		
Depreciações e Amortizações	(3.134)	(3.130)
Baixa do Ativo Permanente	(1.261)	(533)
Reversão de Tributos s/Reservas de Reavaliação	(55)	(54)
Reversão de Tributos Diferidos não Realizados	1.395	-
Adições ao Ativo Permanente		
No Imobilizado	1.365	638
No Intangível	372	129
Aumento do Realizável a Longo Prazo	2.056	7.022
<u>REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</u>	<u>(11.871)</u>	<u>(24.891)</u>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis".

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de Reais)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>		
No Início do Exercício	48.621	56.661
No Final do Exercício	<u>50.440</u>	<u>48.621</u>
Varição	1.819	(8.040)
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>		
No Início do Exercício	96.317	79.466
No Final do Exercício	<u>110.007</u>	<u>96.317</u>
Varição	(13.690)	(16.851)
<u>REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</u>	<u>(11.871)</u>	<u>(24.891)</u>

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis".

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(em milhares de Reais)

01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, com sede em Brusque-SC e unidade industrial em Canelinha-SC, foi fundada em 1898 e tem como objetivo a produção e comercialização de artigos relacionados à área de banho, cama e mesa.

02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei no. 6.404, incluindo suas posteriores alterações), normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, procedimentos e normas determinados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes.

b) Provisão para Devedores Duvidosos

É constituída sobre todos os créditos que envolvem riscos e em montante suficiente para cobertura de possíveis perdas.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado, ou custo de reposição.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a estimativa de vida útil de cada bem.

e) Outros Direitos e Obrigações - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão sendo corrigidos de acordo com os índices estabelecidos e as taxas de mercado, vigentes na data do balanço. Os demais estão sendo apresentados pelo custo de aquisição ou formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

- f) **Estimativas contábeis** – A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize premissas e julgamentos na determinação do valor e registro destas estimativas. Ativos e passivos significativos, sujeitos a essas apreciações, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e diferido, provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências ativas e passivas, e passivos relacionados a encargos trabalhistas. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as quando aplicável.

04 - **CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

DISCRIMINAÇÃO	2007	2006
Cientes no País	33.149	30.485
Cientes no Exterior	8.797	11.531
Provisão para Devedores Duvidosos	(376)	(418)
Duplicatas Descontadas	(16.190)	(15.868)
Cambiais Negociadas (Exportação)	(4.335)	(4.654)
TOTAL	21.045	21.076

05 - **ESTOQUES**

DISCRIMINAÇÃO	2007	2006
Produtos Acabados	7.731	4.390
Matérias Primas	4.974	3.741
Produtos em Elaboração	6.956	7.603
Outros Estoques	1.312	967
TOTAL	20.973	16.701

Parte dos estoques de matéria-prima da Buettner, que estava em poder de terceiros para industrialização, foi consumida em um sinistro ocorrido em 27 de julho de 2007. O incêndio destruiu 242.449 quilos de algodão, correspondendo a R\$ 780 mil, aproximadamente, ainda registrados na conta estoques, na data do encerramento do balanço.

A depositária contava com seguro patrimonial, para cobertura dos estoques sinistrados, de propriedade da Companhia.

A seguradora já se manifestou a favor do reembolso à Buettner, após a conclusão do competente Laudo Técnico, e o pagamento deverá ocorrer no início de 2008.

06 - IMPOSTOS RECUPERÁVEIS DE LONGO PRAZO

a) Crédito Prêmio de IPI

A Companhia mantém na Justiça Federal, três processos de ressarcimento do Crédito Prêmio de IPI relativos as exportações do período de 07.12.1979 a 05.10.1990.

O processo denominado FASE I (R\$ 4.612 mil), compreende o período de 07.12.1979 a 31.03.1981 e após o trânsito em julgado, teve seu crédito homologado através de recebíveis em precatórios, com parcelas anuais até o ano de 2.011.

O processo denominado FASE II, que compreende o período de 01.04.1981 a 30.04.1985, já teve trânsito em julgado do processo de conhecimento. A Companhia transferiu o pólo ativo do referido processo em 25.03.2004.

O processo denominado FASE III (R\$ 48.622 mil), que compreende o período de 01.05.1985 a 05.10.1990, já teve trânsito em julgado do processo de conhecimento.

A Companhia interpôs ação de execução de sentença, mas até 31 de dezembro de 2007 não teve desfecho final. Por este motivo a Companhia mantém o crédito destacado no ativo realizável a longo prazo, na conta denominada Créditos Tributários Pendentes de Execução Judicial.

Os honorários correspondentes aos processos da FASE I, II e III, R\$ 19.714 mil, estão reconhecidos no Exigível a Longo Prazo.

Para equacionar seu passivo previdenciário a Companhia:

- Ingressou com pedido administrativo de compensação dos precatórios extraídos dos autos de execução diversa por título judicial nº 2000.34.000045631 da 3ª Vara da Justiça Federal/DF do crédito prêmio de IPI FASE I (período de 07.12.1979 a 31.03.1981);
- Protocolou Ação Cautelar nº 2003.34.00.019723-5 e Ação Declaratória nº 2004.34.00005886-5, que tramitam na 15ª Vara Federal de Brasília, discutindo o direito da empresa em compensar os créditos de IPI já reconhecidos judicialmente, com débitos existentes junto ao INSS.
- Ingressou com medida cautelar incidental nos autos do processo nº 2004.34.00005886-5, informando o montante de crédito de IPI FASE III e requereu a extensão dos efeitos da liminar para que a empresa possa utilizar estes créditos para pagamentos de débitos previdenciários.

b) Crédito do Pis Semestralidade

A Companhia teve transitado em julgado, ação do Crédito do Pis Semestralidade do período de 09.1992 a 05.1995, R\$ 3.773 mil. Já promoveu a habilitação do crédito em 01/12/2005, conforme exigido pela IN/SRF 517/05 e 600/05, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

07 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A Companhia mantém registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo, crédito fiscal de Imposto de Renda sobre prejuízos fiscais compensáveis, apurado em conformidade com o pronunciamento do IBRACON aprovado pela Deliberação CVM nº 273 de 20.08.1998, e Instrução CVM nº 371 de 27.06.2002, baseando-se na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Administração estima que os créditos serão realizados no período máximo de 5 anos, conforme cronograma a seguir:

Ano	Imposto de Renda
2008	2.554
2009	2.126
2010	2.114
2011	2.615
2012	2.735
TOTAL	12.144

O imposto foi calculado às alíquotas estabelecidas pela legislação vigente, sendo 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda.

Foi revertido o valor de R\$ 1.395 mil do ativo fiscal diferido, previsto e não realizado no exercício de 2007.

08 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Custo Corrigido

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>Saldo 31.12.2006</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transfe-rências</u>	<u>Saldo 31.12.2007</u>
Terrenos	2.941	-	-	-	2.941
Edifícios	15.500	-	-	214	15.714
Instalações industriais	3.705	-	-	-	3.705
Móveis e utensílios	2.982	57	(11)	-	3.028
Máquinas	49.019	497	(243)	-	49.273
Veículos	357	-	-	-	357
Direitos de Uso (Intangível)	1.300	368	-	-	1.668
Marcas e Patentes (Intangível)	14	4	-	-	18
Reflorestamento	8.135	563	(1.089)	-	7.609
Equipamentos de Informática	373	97	-	-	470
Imobilizações em andamento	1.899	151	(162)	(214)	1.674
TOTAL	86.225	1.737	(1.505)	-	86.457

b) Depreciações e Amortizações

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>Deprec. Anual</u>	<u>Saldo 31.12.2006</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo 31.12.2007</u>
Edifícios	4%	10.421	495	-	10.916
Instalações industriais	15%	3.647	14	-	3.661
Móveis e utensílios	10%	2.409	148	(9)	2.548
Máquinas	10%	39.159	2.256	(235)	41.180
Veículos	20%	275	24	-	299
Direitos de Uso (Intangível)	20%	1.057	115	-	1.172
Equipamentos de Informática	20%	126	82	-	208
TOTAL		57.094	3.134	(244)	59.984

09 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
ICMS	130	-	130
INSS	32.505	-	32.505
FGTS	235	-	235
Salário educação	5.836	-	5.836
SENAI	663	-	663
SENAI Parcelamento	153	294	447
SESI	994	-	994
SESI Parcelamento	236	451	687
PAES	3.572	3.716	7.288
Salários	908	-	908
Provisão p/férias	1.966	-	1.966
Outras Obrigações	120	117	237
TOTAL	47.318	4.578	51.896

Ver comentários na nota explicativa nº 06, quanto ao INSS.

10 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS - INSTRUÇÃO CVM Nº 346 DE 29.09.2000

A Companhia reconheceu R\$ 1.412 mil, no resultado de 2007, como atualização monetária dos referidos programas. Para amortização do saldo, procedeu o pagamento de R\$ 1.591 mil.

Com base em projeções futuras estima-se que a amortização dessas obrigações ocorrerá num prazo de 2,6 anos para o REFIS Estadual e 15 anos para o REFIS Federal. Para cálculo de recolhimento das parcelas do Refis Federal aplica-se 1,2% s/faturamento e no Refis Estadual optou-se pela divisão do saldo devedor em 119 parcelas.

<u>Refis</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Estadual	982	1.642	2.624
Federal	8.680	22.062	30.742
Total	9.662	23.704	33.366

11 - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E FORNECEDORES ESTRANGEIROS

Discriminação	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Taxa	Garantia
ACC/Pré Pcto	4.862	2.591	7.453	8,01% a.a.+VC	Bens/Aval
Capital de Giro	23.090	4.392	27.482	22,99% a.a.	Dupl/Aval
Forn.Estrangeiro	379	-	379	7,00% a.a.+V.C.	Bens/Aval
Total	28.331	6.983	35.314		

12 - DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS

Quando da realização da 10ª Assembléia de debenturistas em 27.08.2004, a Companhia informou que o valor nominal unitário das debêntures acrescido de juros remuneratórios em 30.06.1999 era de R\$ 17.333,33, sendo tal valor unitário dividido em 4 parcelas:

- A)R\$ 666,67
- B)R\$ 4.444,44
- C)R\$ 4.444,44
- D)R\$ 7.777,78

Nesta mesma assembléia, os debenturistas deliberaram:

- 1) Expurgo do índice de atualização monetária do período de 30.06.1999 a 30.06.2004, sendo que neste período as debêntures serão corrigidas pela variação de 12% a.a.;
- 2) Remuneração a partir de 30.06.2004 pela variação acumulada da TJLP;
- 3) Fixação dos vencimentos das parcelas A e B em 5 parcelas anuais e iguais para 30.12.2005, 30.12.2006, 30.12.2007, 30.12.2008 e 30.12.2009.

Os valores que compõem as parcelas C e D integrantes do saldo devedor unitário das debêntures, na hipótese de conversão de tais títulos em ações da Emissora, permanecerão fixos, sem quaisquer correções ou aplicação de juros. Outrossim, na hipótese de não serem objeto de conversão, sofrerão desde 30.06.1999, os mesmos critérios de correção aplicados às parcelas A e B.

Com a conversão de 10 debêntures em 26/08/2004, de 666 debêntures em 22/12/2004, 01 debênture em 14/03/2005 e 06 debêntures em 25/05/2005, restam 117 debêntures em circulação. Com o pedido de conversão, a Companhia procedeu em 16/11/2004, 30/12/2004, 18/03/2005 e 02/06/2005 o pagamento do prêmio de juros devidos.

As parcelas vencidas em 30/12/2005, 30/12/2006 e 30/12/2007, ainda pendentes de pagamento, foram atualizadas até a data de 31.12.2007 pela TJLP e acrescida de juros de mora de 1% a.m..

13 - PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

Provisões e Contingências Passivas

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias,

são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

A situação em 31 de dezembro de 2007 dos processos em cursos, classificados por risco de perdas é a seguinte:

Natureza	Provável	Possível	Remoto
Tributário	2.966	12.786	-
Trabalhista	-	294	25
Civil	-	231	228
Total	2.966	13.311	253

14 - ARRENDAMENTO MERCANTIL

O saldo devedor em 31.12.2007 dos contratos de arrendamento mercantil não registrados no passivo, com prestações mensais até 03.2010 é de R\$ 1.756 mil. Os valores registrados no ativo imobilizado, correspondentes a antecipação do residual garantido ao fim da alienação em garantia, importam em R\$ 1.071 mil.

15 - ÔNUS E GARANTIAS

A Companhia possui R\$ 5.663 mil de seu Ativo Imobilizado, R\$ 5.526 mil de seu Contas a Receber e R\$ 4.288 mil de seus Estoques, alienados em garantia nas operações de captação de recursos, parcelamentos de impostos e contribuições (Refis Federal e Estadual) e aquisição de equipamentos à automação do parque fabril.

16 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Subscrito em 31.12.2007 é de R\$ 32.805 mil, composto por 4.809.768 ações escriturais, sendo 1.603.255 ordinárias e 3.206.513 preferenciais, todas sem valor nominal.

17 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO

No exercício foi realizado, por depreciação o valor de R\$ 227 mil contabilizado diretamente na conta prejuízos acumulados. Os encargos tributários, no valor de R\$ 614 mil, estão contabilizados no exigível a longo prazo.

18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Não foram constituídas provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, tendo em vista que a Companhia apresentou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

19 - COBERTURA DE SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas, que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. O valor segurado em 31.12.2007 é de R\$ 67.700 mil.

20 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política de gestão de riscos financeiros

- a) **Risco de taxas de câmbio** – A Companhia administra os riscos de mercado através de “hedges” naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio;
- b) **Risco de crédito** – A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões de crédito, adotando, quando necessário, procedimentos rigorosos que inclui o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes;

Outras considerações

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros relacionadas exclusivamente às suas atividades operacionais. Os valores registrados nos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores de mercado, na extensão em que foram pactuados e registrados por taxas e condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia não possuía nenhum derivativo contratado ou quaisquer instrumentos financeiros não reconhecidos no seu balanço patrimonial.

21 - MUDANÇA DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07 que modifica dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em suma, a nova Lei requer a aplicação de padrões contábeis internacionais, cujas normas deverão ser expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e serão elaboradas em consonância com as normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* – IASB.

Dentre as alterações introduzidas, a Administração destaca as principais mudanças que, na sua avaliação, poderão vir a impactar na apresentação das demonstrações contábeis, e nos critérios de apuração do resultado do exercício, e a posição patrimonial e financeira da Companhia (controladora e consolidada) a partir do exercício a findar-se em 2008: (1) a exigência da elaboração das Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado; (2) mudança nos critérios para classificação e avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos; (3) criação da rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no patrimônio líquido, para registro dos

ajustes de avaliação patrimonial; e, (4) a exigência da análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido.

Neste momento, a Administração entende não ser possível mensurar os efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício. Os eventuais impactos estão sendo avaliados e serão reconhecidos no exercício de 2008.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos para apreciação de V. Sas. o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Cenário Econômico

O cenário econômico de 2007 apresentou sinais positivos, como o crescimento do emprego, da renda e do consumo das famílias, panorama que poderá se tornar sustentável apenas através da manutenção dos níveis de investimento. No final do ano de 2007, as estimativas apontavam para um crescimento do PIB superior a 5%. Porém, o cenário doméstico positivo pode ser afetado pelo internacional, especialmente pela crise de crédito norte-americana, ainda distante de seu desfecho final, levando a uma retração imediata da oferta de crédito naquela economia, com conseqüências inevitáveis em outros países. Uma grande preocupação interna é a forma com que o Governo Federal estará equacionando as perdas relativas à CPMF. Outra questão preocupante é a inflação. Em 2007, os preços dos alimentos exerceram forte pressão. Para 2008, acredita-se que a pressão será conseqüência do próprio crescimento econômico, sendo que a demanda doméstica deve continuar evoluindo. Outro fator de potencial elevação inflacionária será exercido pelo setor energético, cujos preços já vêm aumentando e deverão continuar subindo, diante da falta de equacionamento dos investimentos neste setor. Com este cenário, dificilmente poderemos contar com uma política monetária mais flexível. Ou seja, a continuidade na redução das taxas de juros está ameaçada. Para os negócios internacionais, não se espera uma desvalorização do real, o que continuará incentivando as importações e desencorajando as vendas ao mercado externo, prejudicando a competitividade e a performance das empresas nacionais de manufatura que representam um expressivo contingente de empregos e que já são assoladas pela política interna de juros e pela elevada carga tributária, que em 2007, atingiu recordes de arrecadação, porém, não revertidos para investimentos na economia.

Produção, Vendas e Estoques

A produção física da Companhia foi 3,25% maior em comparação a 2006, justificada por uma política de estoques readequada para flexibilização das entregas ao mercado interno. A Companhia continuou o processo gradativo de redução das exportações, sendo que, exportou em 2007, um volume físico 20,5% menor em comparação a 2006. Tal medida está unicamente alicerçada nas questões de rentabilidade, prejudicada pelas taxas de câmbio.

As vendas físicas foram 3,15% menores em comparação ao ano de 2006. O volume físico destinado ao mercado externo no ano de 2007 representou 36,8% do faturamento total contra 44,8% em 2006. O incremento no mercado interno, em comparação com o ano de 2006, foi de 10,9%.

A Companhia estuda diversos cenários para o ano de 2008, com o objetivo de readequar, uma vez mais, seu faturamento destinado ao mercado externo, considerando que a valorização do real frente à moeda norte-americana tem se mantido constante. No mercado interno, continuaremos mantendo a atual política de preços e de produtos com maior valor agregado, exclusivos e licenciados.

O nível de estoques está ajustado à nova expectativa projetada pela Companhia, de produção e faturamento, fundamentada em uma tendência de consumo interno verificada no último ano, adequação do fluxo de caixa e rentabilidade dos negócios no mercado externo, apesar de compromissos anteriormente assumidos.

Para complementar algumas etapas da linha de produção e criar produtos diferenciados, a Companhia, de acordo com a demanda, recorre a serviços de terceiros.

Recursos Humanos

Apesar das dificuldades econômicas enfrentadas, a Companhia mantém os incentivos para a qualificação profissional e o desenvolvimento dos seus colaboradores, visando formar um capital humano diferenciado e competitivo. Os investimentos na área social, em desenvolvimento pessoal e profissional no ano de 2007, importaram R\$ 2.464 mil, através de auxílios em bolsa de estudos para cursos técnicos, superior e pós-graduação, Supletivos Iº e IIº graus e programas de alimentação, transporte de pessoal e assistência médico-social. Além destes programas de incentivo escolar e de benefícios, a Companhia

investiu em treinamentos direcionados para seu modelo de gestão e aplicou 4,84 horas de treinamento per capita/mês.

Encerramos o exercício com 1.425 colaboradores, contra 1.377 colaboradores em 31 de dezembro de 2006.

Investimentos

A Companhia, em função das elevadas taxas de juros e da restrição de linhas de crédito, vem efetuando investimentos somente na manutenção de seu parque fabril. Os investimentos no ano de 2007 importaram R\$ 1.737 mil. Para o ano de 2008, não há previsão de investimentos relevantes.

Resultados e Perspectivas

A valorização do real e a expectativa de demanda por artigos têxteis no mercado doméstico, que não absorve os volumes físicos com rentabilidade destinados ao mercado externo, impactam diretamente no desempenho global da Companhia.

Com a redução do volume de faturamento bruto de R\$ 164,6 milhões em 2006 para R\$ 160,2 milhões em 2007, a Companhia obteve uma Receita Operacional Líquida 4,44% menor comparando com o ano de 2006. O prejuízo líquido do exercício foi de R\$ 14.843 mil, contra R\$ 21.610 mil no ano de 2006.

Durante o ano de 2007, a Companhia promoveu ajustes no volume de exportações e direcionou esforços para o incremento de vendas para o mercado interno, bem como envidou trabalhos intensivos na redução dos custos internos, revertendo parte dos prejuízos percebidos no ano de 2006, conforme mencionado no parágrafo anterior. Porém, a margem nas vendas para o mercado externo e a forte dependência de capital de terceiros foram os fatores preponderantes para o resultado da Companhia.

No ano de 2006 a Companhia apurou prejuízo da atividade, da ordem de R\$ 1.499 mil e no ano de 2007 obteve lucro da atividade de R\$ 3.348 mil, deixando evidenciado que as ações tomadas durante o exercício de 2007 surtiram efeito positivo, porém, ainda em montante insuficiente para reverter o quadro de resultados da Companhia. Em 2008 será novamente reavaliada a atuação no mercado externo, bem como, promovidas ações para estimular o incremento das vendas no mercado interno, comercializando produtos de valor

agregado, acompanhamento constante do mix de produtos, com foco nas necessidades dos clientes, direcionando esforços na redução de custos e despesas.

Em relação ao passivo fiscal e tributário, a Companhia, conforme ação descrita na Nota Explicativa nº 06 de Impostos a Recuperar de Longo Prazo, também acredita ter equacionado suas obrigações fiscais e tributárias de curto e médio prazo.

O cenário macroeconômico para 2008 projeta crescimento da economia superior aos últimos anos. Porém, com a perspectiva de manutenção da atual política econômica, pontos como o controle da inflação, juros excessivos, elevada carga tributária, infraestrutura ruim e valorização da moeda nacional, limitarão gradativamente a competitividade das empresas. Todas as reformas prometidas durante os últimos governos não foram cumpridas, o que leva as empresas, principalmente às de múltiplos processos de produção e geradoras de grandes volumes de empregos, a sacrificar seus resultados no pagamento de elevados tributos, encargos sociais, juros e câmbio irreal. As empresas se vêem obrigadas a solucionar, sozinhas, os problemas causados pela valorização do real, por exemplo, ou pela proibição do crédito tributário oriundo das empresas optantes do Simples Nacional, pois, por parte do Governo Federal, o interesse é incrementar os níveis de arrecadação. Os investimentos na produção de manufatura no país mostram-se equivocados, uma vez que os governantes querem transformar o país em exportador de commodities.

Audidores Independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que nossos Auditores Independentes, Selecta Auditores Independentes S.S., somente prestaram serviços de auditoria das demonstrações contábeis no exercício de 2007.

Agradecimentos

Por tudo que compartilhamos, agradecemos o apoio e a confiança que recebemos dos nossos Acionistas, Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras, bem como o valioso e essencial empenho de nossos colaboradores, para o alcance de nossos objetivos.

Brusque (SC), Janeiro de 2008

A ADMINISTRAÇÃO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Administradores e Acionistas da
BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1. Examinamos o balanço patrimonial da **BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, levantado em 31 de dezembro de 2007 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 acima, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BUETTNER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme consta da Nota Explicativa nº 07, com base na Instrução CVM Nº 371, de 27/06/2002, a Companhia mantém no seu ativo realizável a longo prazo, crédito tributário de imposto de renda no montante de R\$ 12.144 mil, decorrentes de prejuízos fiscais compensáveis. No exercício de 2007 houve uma reversão parcial, no montante de R\$ 1.395 mil, em virtude da não geração de lucros tributáveis para a realização do crédito tributário constituído. Apesar do histórico de resultados da Companhia dos últimos anos não sugerir a geração de lucros tributáveis suficientes para amortizar referido crédito tributário em 5 anos, conforme mencionado na Nota 07, a Administração acredita no êxito do Estudo Técnico de Viabilidade, elaborado conforme exigência prevista no inciso II, art. 2º da citada Instrução.
5. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 06, a Companhia possui débitos previdenciários, e para a sua regularização está pleiteando judicialmente o direito de compensá-los com precatórios relativos ao crédito-prêmio de IPI. Na hipótese de eventual indeferimento deste pedido, ficará comprometida a sua permanência no REFIS/PAES, acarretando uma mudança considerável no seu perfil de endividamento. As demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da continuidade

normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes que poderiam resultar no caso da não solução satisfatória da presente situação.

6. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia responde por vários processos de natureza trabalhista, civil e tributária. Os processos em questão, que representam um risco possível, totalizam R\$ 13.311 mil, e as demonstrações contábeis da Companhia não incluem provisão para fazer face a eventuais efeitos decorrentes do desfecho desfavorável destas ações.
7. A Companhia vem apurando resultados negativos nos últimos exercícios, apresentando em 31 de dezembro de 2007 prejuízos acumulados no montante de R\$ 68.122 mil (R\$ 52.111 mil em 31 de dezembro de 2006), capital de giro negativo de R\$ 59.567 mil (R\$ 47.696 mil em 31 de dezembro de 2006) e passivo a descoberto de R\$ 31.941 mil (R\$ 15.758 mil em 31 de dezembro de 2006). A tendência negativa destes indicadores, aliada ao eventual indeferimento do pedido de compensação de débitos previdenciários com precatórios do crédito-prêmio de IPI, de que trata o parágrafo 5, retro, podem comprometer a continuidade normal das atividades da Companhia. As informações contidas nas demonstrações contábeis foram preparadas e são apresentadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores ativos ou quanto aos valores e a classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.
8. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, conforme parecer sem ressalvas, datado de 26 de janeiro de 2007, contendo parágrafos de ênfase em relação aos assuntos tratados nos parágrafos 5, 6 e 7, acima.

Brusque (SC), 25 de janeiro de 2008

NATÓLIO DE SOUZA

Contador CRC(SC) nº 008.359/O-8